

DAS ÁGUAS TRANSPOSTAS ÀS ÁGUAS DISPOSTAS: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO CANAL DA INTEGRAÇÃO (CE)¹

Cíntia dos Santos Lins²

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo principal levantar alguns aspectos para a discussão acerca dos impactos socioespaciais advindos do modelo de gerenciamento dos recursos hídricos adotado no estado do Ceará pelo viés do Canal da Integração. A pesquisa bibliográfica, a coleta de dados estatísticos e os trabalhos de campo constituíram-se importantes instrumentos metodológicos para entendermos os reais objetivos dessa obra, bem como suas consequências para a população rural atingida. O Canal da Integração é constituído de um complexo sistema de engenharia (açudes, barragens, canais e adutoras) de aproximadamente 255 km e tem como finalidade transpor as águas do rio Jaguaribe para a abastecer a região metropolitana de Fortaleza, bem como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém e as manchas de solos agricultáveis cortadas por ele. A obra encontra-se em fase de conclusão, mas seus impactos já podem ser claramente observados, sendo que o principal deles diz respeito à dificuldade de acesso à água por parte da população atingida pelo canal.

Palavras-chave: Água. Gestão da água. Acesso à água. Canal da Integração.

OF TRANSPOSED WATERS THE MADE USE WATERS: AN ANALYSIS OF THE IMPLANTATION OF THE CANAL OF THE INTEGRATION (CE)

ABSTRACT

This article aims to raise some aspects for the quarrel concerning the happened socioespaciais impacts of the model of management of the water resources adopted in the State of Ceará for the bias of the Canal of the Integration. The bibliographical research, collection of statistical data and the works of field, had consisted important metodologics instruments to understand reals objective of this workmanship, as well as its impacts for the reached agricultural population. The Integration Canal consists of a complex system of engineering (dams, barrages, canals and expositories) of approximately 255km and has as goal to transpose waters of the river Jaguaribe for supplying the Fortaleza Metropolitan Region, as well as the Industrial and Port Complex Pecém and the agricultáveis ground spots cut by it. The work meets in conclusion phase, but its impacts can already clearly be observed, being the main one of them

¹ Texto síntese da dissertação de mestrado intitulada “Os impactos territoriais e socioeconômicos do Canal da (Des)Integração no contexto do médio e baixo Jaguaribe”, orientada pela professora doutora Denise Elias.

² Geógrafa, mestra em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET).

E-mail: lins0307@gmail.com. Endereço: Av. John Sanford, 1845, Junco, Sobral-CE. CEP: 62030-000.

says respect to the difficulty of access to the water on the part of the population affected by the Canal.

Key-words: Water. Water management. Access to water. Integration channel.

1 INTRODUÇÃO

O atual modelo de gerenciamento dos recursos hídricos foi implantado no Ceará na década de 1990, quando o grande capital agrícola e industrial adentrava em alguns pontos do território cearense com maior intensidade e, conseqüentemente, passou a existir uma crescente demanda por água no estado. A partir daí, foi reestruturada toda a sua política de gestão das águas mediante a implantação de um conjunto de medidas administrativas e estruturais de caráter modernizante, com o intuito de propiciar disponibilidade e segurança hídrica necessárias ao desenvolvimento da agricultura e da indústria.

Como exemplo dessas medidas, pode-se citar o “Águas do Ceará”, um programa piloto implantado pelo Governo do Estado, que reúne uma série de projetos de combate à escassez hídrica. Nele encontra-se o Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos (Progerirh), cujo objetivo maior é a construção de uma gama de objetos geográficos (açudes, adutoras, barragens, canais) que interliguem as bacias hidrográficas estaduais, formando o que o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos chama de Cinturão das Águas. O principal deles é o Canal da Integração, que tem como meta interligar as sub-bacias do baixo e médio Jaguaribe, Banabuiú e Metropolitanas para abastecer os complexos industriais de Maracanaú e Pecém, bem como os demais municípios da região metropolitana de Fortaleza (RMF).

O Canal da Integração é fruto de um modelo de gestão territorialmente seletivo, já que está sendo instalado em áreas estratégicas do Ceará e é socialmente excludente, pois beneficia apenas uma pequena parcela da população afetada por ele. A obra é dividida em cinco trechos, porém apenas o primeiro está concluído e em funcionamento. Mesmo inacabado, seus impactos no espaço agrário do baixo e médio Jaguaribe já podem ser claramente observados, sendo que as conseqüências dizem respeito ao acesso à água e à expulsão de pequenos produtores rurais de suas terras. Em contrapartida, há constante e crescente abastecimento de água das empresas voltadas ao *agro-hidronegócio*³ da fruticultura na região.

Diante disso, este artigo tem como objetivo levantar alguns aspectos para a discussão acerca dos impactos socioespaciais provocados pelo modelo de gerenciamento dos recursos hídricos implantado no Ceará, pelo viés da construção do Canal da Integração.

2 A REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL CEARENSE E A GESTÃO DAS ÁGUAS

Pode-se considerar que o Ceará adentra na lógica da produção e do consumo globalizados com maior intensidade a partir de meados da década de 1980, quando se inicia neste estado um novo ciclo político: o Governo das Mudanças⁴. Nessa ótica, os últimos 30 anos foram marcados por uma gestão que se caracterizava pela implantação de programas e projetos de caráter estruturante e que, por conseqüência, acarretaram profundas metamorfoses no território cearense e em toda dinâmica social e econômica do Estado, cujas bases agora estão fincadas na política neoliberal⁵.

³ Esta categoria de análise recentemente vem sendo estudada pelo prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGET

⁴ Momento que se inicia com a posse de Tasso Jereissati em 1987 e se estende até 2002, e compreende três mandatos de Jereissati e um mandato de Ciro Gomes (1991-1994) à frente do governo estadual. Esses dois governantes são figuras centrais do grupo de jovens empresários que assumiu o controle político do Estado a partir de 1987, e se propôs a realizar no Ceará o "governo das mudanças" (ANDRADE, s/d).

⁵ Para Gondim (2007, p.422), o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos das mudanças, apesar de compartilhar com o neoliberalismo e a preocupação com a austeridade financeira e fiscal, promoveu numa forte relação entre estado e economia, pela qual o setor público atuava como indutor de investimentos.

O final da década de 1980 constitui o marco desse processo de reestruturação, por conta dos investimentos massivos em infraestruturas que dotaram o espaço cearense de fixos, entre os quais podemos citar: a construção e reforma de estradas de rodagem; o investimento em fontes de energia elétrica; determinadas construções, como a do Porto do Pecém; a implantação de fixos associados ao abastecimento de água (açudes, barragens, adutoras, canais); a criação de perímetros irrigados; entre outros.

O discurso do Estado parte do princípio que esse processo de reestruturação socioespacial, com base na inovação tecnológica, proporcionou o desenvolvimento de atividades econômicas (agro-hidronegócio e indústria, por exemplo), antes não tão desenvolvidas, por demandarem grandes quantidades de água para serem realizadas de maneira eficaz.

É importante frisar que a partir do momento em que o Estado investe em políticas públicas associadas ao abastecimento de água, há um processo de reorganização socioespacial, em função de novas atividades econômicas que são introduzidas nesses novos espaços e em seu entorno.

2.1 Paradigmas da gestão dos recursos hídricos no Estado do Ceará

Ainda hoje, a escassez hídrica no semiárido é apontada em praticamente todos os discursos como fator impeditivo ao desenvolvimento nordestino. O que se observa, na verdade, é uma falsa oratória que tem como objetivo principal mascarar as estratégias das elites locais, que se utilizam do clima para conseguir maior participação na divisão das verbas federais. Castro (1992) trabalha na perspectiva de que a seca é um forte instrumento de legitimação, atuação e dominação de diferentes grupos (inclusive o do Estado) sobre o espaço.

As gestões foram modificadas, os mercados foram abertos, mas a partir da mesma lógica, sendo intensificada no Governo das Mudanças, onde essa escassez natural de água passa a ser, também, de crescente demanda, por conta das atividades econômicas que passaram a ser desenvolvidas desde então. A agricultura e a indústria, por exemplo, são responsáveis por mais de 85% da demanda total hídrica do estado. Essa escassez hídrica decorrente desse fato é tanto causa, como consequência desse processo de reestruturação socioespacial, vivenciado desde a década de 1980. O Estado cria estruturas de abastecimento de água, conseqüentemente novos investimentos do capital privado são implantados, gerando cada vez mais demanda e tornando-se necessário o estabelecimento de novas políticas públicas aptas a se encarregar do gerenciamento das águas.

Como parte desse processo de mudanças, foram criadas a Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) e a Superintendência de Obras Hidráulicas (Sohidra), ambas encarregadas de coordenar, gerenciar e operacionalizar estudos, pesquisas, programas, executar as obras, além de promover a articulação entre os órgãos federais (DNOCS e Agência Nacional das Águas – ANA) e municipais que atuam no setor das águas.

Para que essa gestão fosse consolidada, no ano de 1992 foi estabelecido o Plano Estadual dos Recursos Hídricos e instituído o Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos (Sigerh), pela Lei nº 11.996, de 24 de junho do mesmo ano, em consonância com os princípios da Lei 9.433/97⁶, que tem a bacia hidrográfica como unidade básica de gestão; o gerenciamento integrado, participativo e descentralizado; a água é reconhecida como bem econômico; a outorga vista como instrumento indispensável ao gerenciamento; o reconhecimento da indissociabilidade quantidade/qualidade; e o reconhecimento da necessidade da implantação de um órgão que auxiliasse a SRH na gestão das águas (nesse sentido, destaca-se a criação da Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – Cogerh, criada em 1993).

É importante salientar que a gestão das águas do estado conta com forte apoio do Banco Mundial, um dos principais agentes financiadores dos programas e projetos associados ao gerenciamento dos recursos hídricos do Ceará e, ao mesmo tempo, um dos maiores interessados na privatização dos recursos hídricos e na formação de um mercado de águas no estado. Isso é per-

⁶ Lei que instituiu a Política Nacional dos Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

cebido a partir de dois princípios estabelecidos pela gestão, que são: o reconhecimento do valor econômico da água e a outorga para se ter acesso à água, ou seja, um princípio cobra e outro autoriza a utilização. Os valores cobrados são exorbitantes ao pequeno produtor, que também encontra dificuldades de diálogo com o Estado para solicitar autorização de uso.

Mesmo com a implantação dos Comitês de Bacia (órgãos colegiados formados pelo Estado e usuários da água, de responsabilidade da Cogerh e da ANA), muitas das decisões acerca do uso dos recursos hídricos são centralizadas no Estado e não há a devida participação da sociedade civil. Se assim fosse, com certeza um número maior de pessoas teria acesso à captação de água e aos programas instalados pelo Sigerh, entre os quais está o “Águas do Ceará”, concebido como o maior programa associado ao abastecimento de água da história cearense, se considerarmos o número e a complexidade do sistema de engenharia envolvido.

O “Águas do Ceará”, em conjunto com o Cinturão das Águas do Ceará – CAC, é o programa-piloto do Estado, dotado de subprogramas que atuam diretamente na gestão dos recursos hídricos mediante a introdução de diversos sistemas de engenharia. Esse programa possui financiamento do Banco Mundial que, como já citado, é um dos principais credores da política de gestão das águas cearenses e um dos mais interessados nos prováveis lucros decorrentes de uma possível e futura privatização da água. Segundo percebemos, a crescente intervenção do Banco Mundial objetiva uma subversão do controle das reservas hídricas do estado, e hoje, o território cearense funciona como um verdadeiro laboratório dos programas desenvolvidos por tal banco.

De acordo com a SRH (2002), o programa-piloto tem como premissas gerais: a garantia da disponibilidade de água no território cearense; o sistema de transferência de água baseado em adutoras, canais e perenização de rios; o uso da água subterrânea com o objetivo de substituir as políticas emergenciais no combate às secas.

Essas três premissas deveriam ser concretizadas nos seus subprogramas, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (Proágua), desenvolvido no âmbito federal; além do Programa de Água Subterrânea e Investigação de Subsolo e Programa de Apoio ao Saneamento Integrado do Sertão (Proásis) o Programa de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos (Prourb) e o Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos (Progerirh), desenvolvidos no âmbito estadual. Ao observarmos tais programas, concluímos serem eles implantados de maneira territorialmente seletiva, porquanto estão concentrados apenas em territórios estratégicos do estado, ou seja, naqueles pontos que responderam com maior rapidez às condições impostas pelo modo de produção capitalista e, por conseqüência, socialmente excludentes. Shiva (2006, p.107), ao comentar sobre os programas e projetos implantados com o auxílio do Banco Mundial, assim se pronuncia:

[...] são projetos de águas gigantes, na maioria dos casos, beneficiam os poderosos e despojam os fracos. Até mesmo quando tais projetos são financiados com recursos públicos, seus beneficiários são principalmente construtoras, indústrias e grandes agricultores.

Dos programas supracitados, o principal é o Progerirh, que tem como meta principal a interligação de bacias hidrográficas do estado, mediante a construção de uma rede de açudes de médio e grande porte que deveriam ser localizados nos vazios hídricos cearenses.

Fruto de uma parceria público-privada (Governo Estadual, Federal e Banco Mundial), os objetivos desse programa giram em torno de seis componentes básicos: gestão; incremento de rede; eixos de integração; recuperação de infraestrutura hidráulica; o desenvolvimento hidroambiental de microbacias hidrográficas e o projeto-piloto para monitoramento dos aquíferos (SRH, 2002).

No concernente à gestão, por exemplo, a SRH argumenta que o subprograma atua na descentralização por meio da chamada gestão participativa, através dos Comitês de Bacia. Além disso, foi-nos passado que o Banco Mundial atua na capacitação dos pequenos usuários da água no sentido de “estimulá-los” ao seu uso racional. As referidas gestão e capacitações, a nosso ver, são um tanto contraditórias, pois embora os grandes proprietários agrícolas e os grandes industri-

ais não passem por elas, são os que mais se utilizam desse recurso e acabam por manipular os pequenos usuários, no que diz respeito à vazão a ser liberada dos reservatórios.

Outra meta do Progerirh, considerada por nós uma das mais polêmicas, diz respeito à implantação de eixos de integração de bacia destinados a perenizar rios e transpor os recursos hídricos das regiões com maior potencial e volume hídrico para as regiões com escassez (seja ela natural ou decorrente da crescente demanda), aumentando a área de cobertura do abastecimento de água, mediante interligação de bacias hidrográficas. O objetivo é construir o que o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos chama de Cinturão das Águas do Estado do Ceará – CAC.

Visão Geral do Projeto Cinturão de Águas do Ceará - CAC

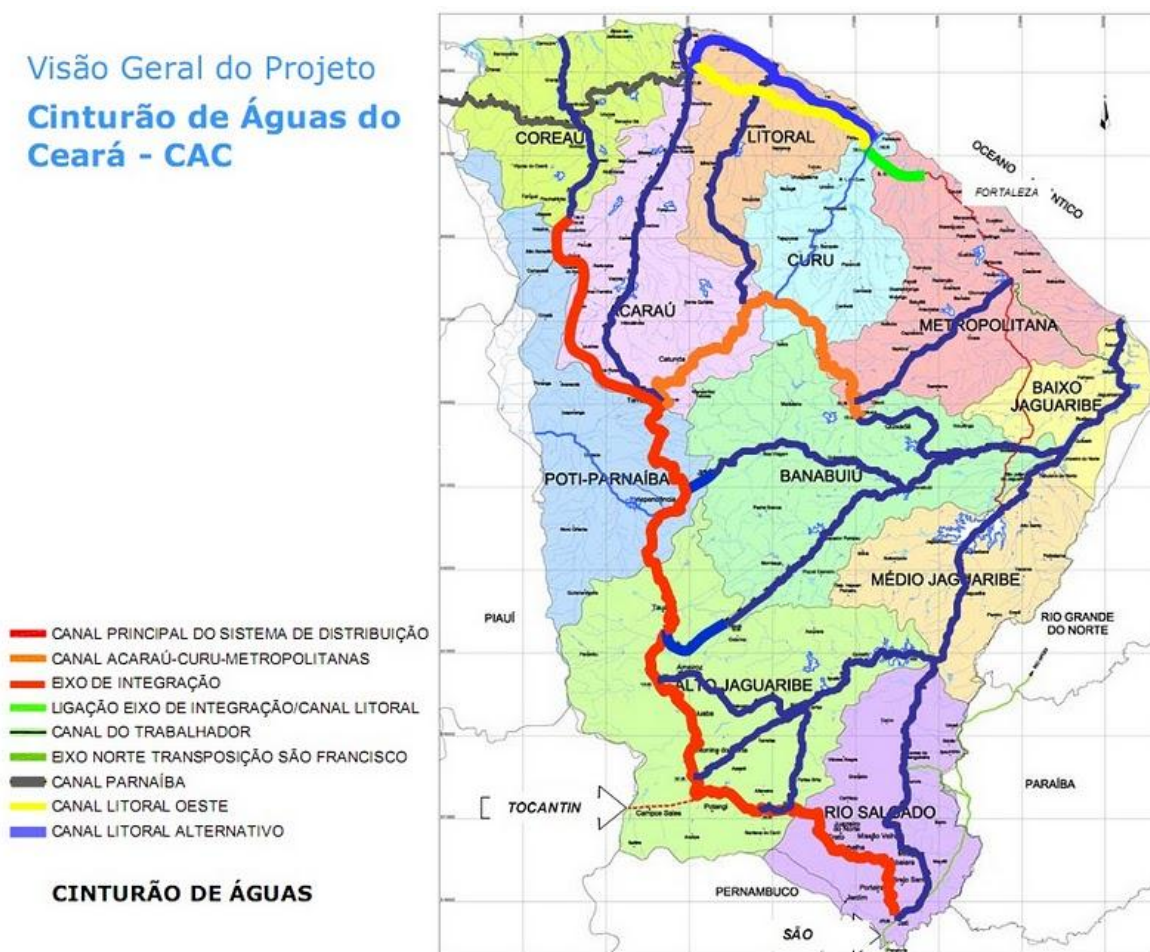


Figura 1 – MAPA DO CINTURÃO DAS ÁGUAS

Fonte: CEARÁ, 2009. Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos

A respeito da localização desses objetos geográficos, observamos algumas contradições, porquanto seu objetivo é acabar ou pelo menos diminuir os vazios hídricos do estado. De fato, os vazios serão diminuídos, porém certamente privilegiarão um restrito grupo de usuários (geralmente empresários agrícolas e industriais), sem abastecer de água as comunidades que vivem às margens dos canais em via de construção. Esses fixos localizam-se, geralmente, em regiões detentoras de elevada oferta hídrica, entre as quais se incluem a jaguaribana e metropolitanas, em relação a outros pontos do estado, onde tais políticas se dão de maneira bastante pontual, geralmente no baixo curso dos rios.

Com base na política descrita até aqui, percebemos que houve significativo avanço no gerenciamento dos recursos hídricos do estado do Ceará (criação e reestruturação de instituições que atuam na gestão, comitês de bacia, elaboração do Planerh, implantação de inúmeros projetos de intervenção). Concomitante aos avanços, existem também a estagnação e o retrocesso, a

exemplo da intensificação das parcerias público-privadas⁷, com o Banco Mundial e a centralização de investimentos e recursos apenas nas regiões que respondem com maior rapidez às exigências de fluidez do atual sistema temporal. Desse modo, portanto, intensificam a questão do desenvolvimento desigual e combinado do estado. De um lado, os empresários agrícolas e industriais e do outro os expropriados da terra e da água.

Para exemplificar, citamos o Canal da Integração (ou Eixo de Integração), principal fixo em construção inserido na lógica do Progerirh/CAC. Esse, após concluído, abastecerá de água tanto a região metropolitana de Fortaleza como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), por meio de uma rede de sistema de engenharias destinadas a transpor os recursos hídricos do açude Castanhão, localizado no médio Jaguaribe à região metropolitana de Fortaleza. Para tal, contará com recursos públicos, mas sobretudo privados (advindos do Banco Mundial).

3 O BAIXO E MÉDIO JAGUARIBE NO CONTEXTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ: A IMPLANTAÇÃO DO CANAL DA INTEGRAÇÃO

Durante muitos anos, os sistemas de ações relacionados à política de recursos hídricos do Estado do Ceará estiveram voltados, especialmente, à implantação de medidas emergenciais. O Estado atuava somente no período de grandes estiagens via disponibilização de carros-pipa e criação das chamadas “frentes de trabalho” para intensificação da perfuração de poços com vistas à construção de barragens e estradas.

[...] indústria da seca – espinha dorsal da versão do século XX do compromisso coronelista. Mediante a construção de barragens, o Estado assegurava tanto a perenidade do gado dos latifundiários com a manutenção de um estoque de mão de obra cativa, capaz de assegurar o fornecimento local de alimentos mesmo em épocas secas (plantios de vazantes). E, por intermédio da rede de estradas secundárias, construídas de forma a servir aos beneficiários dos açudes, a circulação da produção de mercado estava assegurada. (BURSZTYN, 2008, p. 100).

Essas políticas emergenciais são praticadas até hoje na região semiárida porque os objetos implantados para a distribuição de água nas comunidades difusas são numericamente reduzidos. A essas famílias, que vivem praticamente excluídas desse processo de “modernização”, não são colocadas políticas públicas que contenham critérios de continuidade. A situação é insustentável, porquanto não são raros os casos de grupos, em período de estiagem, que passam 15 dias ou mais esperando os carros-pipa chegarem. Esse sistema de abastecimento ainda é comum nas pequenas cidades do sertão cearense que são abastecidas dessa forma quando a quadra chuvosa se encerra e os reservatórios secam.

Em contrapartida, com a consolidação do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos do Ceará, fruto do intenso processo de reestruturação socioespacial, em curso desde a década de 1980, observamos que há uma gama de investimentos⁸ voltados ao abastecimento d’água de áreas de interesse do Estado (CAMPOS, 2001).

De modo particular, o Canal da Integração, notadamente com o Progerirh, mesmo sem estar totalmente concluído, é um exemplo claro não só do atual modelo de gestão dos recursos hídricos, mas de como o território cearense se organiza para receber novos investimentos e para se manter no rol da produção globalizada.

⁷ De acordo com Shiva (2006, p.109): “os projetos de privatização financiados pelo Banco Mundial e outras agências de fomento são em geral rotuladas como ‘parcerias público-privadas’. O rótulo é forte, tanto pelo que sugere quanto pelo que esconde. Ele indica a participação do público, a democracia e a responsabilidade de prestar contas. Mas encobre o fato de que os arranjos das parcerias público-privadas, em geral, vinculam a utilização de fundos de bens públicos.”

⁸ [...] Quanto ao modelo de desenvolvimento adotado pelos governos das mudanças, apesar de compartilhar com o neoliberalismo a preocupação com a austeridade financeira e fiscal, promoveu numa forte relação entre Estado e economia, pela qual o setor público atuava como indutor de investimentos. (GONDIM, 2007, p. 422).

O Canal da Integração comporta-se como uma *prótese da natureza*⁹. Um rio artificial a ser constituído, após sua conclusão, por um sistema de adução de 255 km de extensão, composto por uma estação de bombeamento, 166 km de canais, adutoras e 1 km de túneis (SRH, 2002), divididos em cinco trechos, a saber: o primeiro que vai do açude Castanhão ao açude Curral Velho; o segundo, do açude Curral Velho à Serra do Félix; o terceiro, da Serra do Félix ao açude Pacajus; o quarto, do açude Pacajus ao açude Gavião; e, por fim, o quinto, do açude Gavião a Fortaleza, Complexo Industrial de Maracanaú e CIPP.

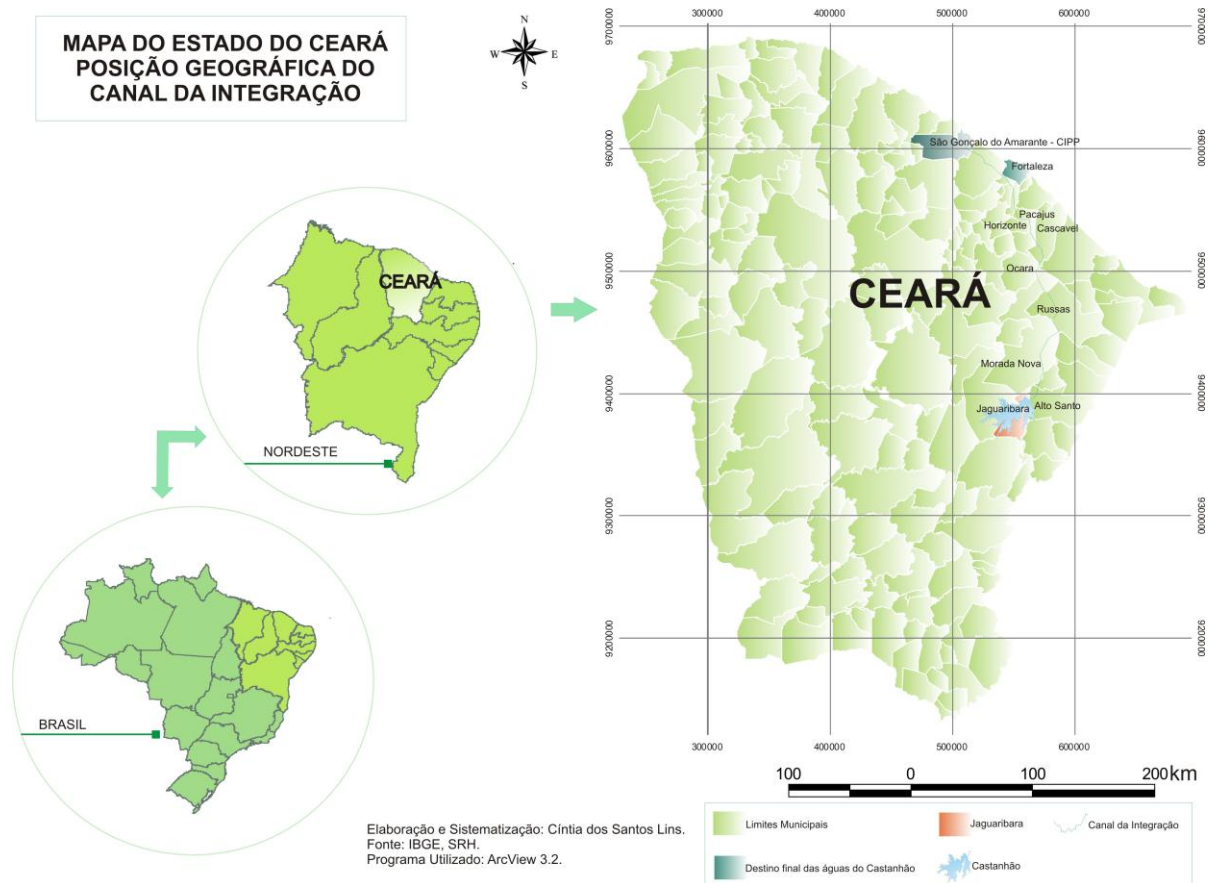


Figura 2 – mapa do Canal da Integração

Em todo o seu percurso, conforme observamos na Figura 2, o Canal da Integração cortará os municípios de Alto Santo, Jaguaribara, Morada Nova, Ocara, Cascavel, Pacajus, Horizonte, Itaitinga e Pacatuba. A obra tem como meta a transposição dos recursos hídricos do rio Jaguaribe, a partir do açude Castanhão, para a região metropolitana de Fortaleza, interligando as bacias hidrográficas do Vale do Jaguaribe (Banabuiú, baixo e médio curso) e as bacias Metropolitanas (SRH, 2002). Partindo de pesquisas bibliográficas, análise do projeto, e principalmente de trabalhos de campo, ficou visível que a área de influência do canal é bem mais ampla do que os nove municípios cortados por ele. Segundo observamos, ele terá forte efeito no desenvolvimento da piscicultura e da carcinicultura, mas sobretudo na atividade industrial (na RMF, principalmente na área do CIPP) e na atividade voltada ao agro-hidronegócio da fruticultura (baixo e médio Jaguaribe).

Em vários documentos, a SRH menciona que o projeto de construção do canal também possibilitará a irrigação de cerca de 40.000 ha de terras na região do Chapadão do Castanhão e da Chapada do Apodi, além de propiciar o surgimento do polo de desenvolvimento hidroagrícola nas áreas de tabuleiro da bacia do rio Jaguaribe. Serão beneficiados cerca de 1.050 ha de terrenos férteis e favoráveis à agricultura, irrigados nas chamadas manchas de solo, bem como na com-

⁹ Santos, 1996.

plementação hídrica do projeto do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas. São áreas distribuídas no Chapadão do Castanhão, do Roldão, de Morada Nova, Ibicuitinga e Ocara.

Esse montante de terras irrigáveis deveria beneficiar os pequenos produtores, agricultores familiares atingidos pela implantação do Canal da Integração. Mas, na verdade, abrigam uma considerável quantidade de empresas multinacionais voltadas à produção de frutas que atende, em sua maioria, apenas ao mercado internacional¹⁰.

Segundo estimativas, até o final do primeiro semestre de 2011, com seis anos de atraso, as águas do açude Castanhão chegam até a RMF. O primeiro trecho do canal, o único concluído e em operação, só teve suas obras terminadas no final do ano de 2004 (gestão do governador Lúcio Alcântara), em decorrência da falta de recursos financeiros e das fortes chuvas ocorridas de janeiro a março do mesmo ano. Contudo, mesmo em fase de conclusão, seus impactos na socioeconomia local já podem ser claramente observados.

3.1 Os trechos da exclusão: do açude Castanhão, ao açude Curral Velho

O primeiro trecho do Canal da Integração está localizado na Sub-bacia hidrográfica do médio Jaguaribe, iniciando no açude Castanhão e terminando no açude Curral velho, em Morada Nova (CE). Deste primeiro trecho fazem parte os municípios de Jaguaribara, Jaguaretama, Alto Santo e Morada Nova (esse último pertencente à sub-bacia do Banabuiú). Concluída em 2004, tal etapa foi orçada em 190 milhões de dólares, dos quais 60% financiados pelo Banco Mundial e os 40% restantes pelos governos estadual e federal, através do BNDES.

Toda a área foi desapropriada pelo Estado e a população local utilizada como mão de obra. Cerca de 1.200 trabalhadores deixaram suas ocupações, geralmente agricultores e pescadores, e se submeteram as outras relações de trabalho, no caso, um trabalho temporário da construção civil. Em atividades de campo e entrevistas com trabalhadores da obra, segundo afirmaram, quase todos foram demitidos. Dos 1.200, apenas 12 foram mantidos e passaram a atuar na manutenção da obra.

Para a construção do açude foi necessária a inundação de cerca de dois terços da cidade de Jaguaribara e, por conseqüência, a construção de outra cidade (Nova Jaguaribara). Nesse período, a comunidade jaguaribarense deu início ao movimento “Não ao Castanhão!”, com mobilizações na tentativa de evitar que a sede de Jaguaribara fosse coberta pelas águas do Jaguaribe. Esse movimento foi iniciado durante as audiências públicas realizadas pelo DNOCS com o intuito de discutir os impactos da construção do açude. Tal instituição se detinha apenas na avaliação dos impactos positivos da obra, sem referência alguma sobre os impactos negativos levantados pelos moradores da região: estagnação do desenvolvimento socioeconômico do município; êxodo rural; medo de perder o pouco que se tinha; desintegração de famílias e comunidades; perda da maior parte das terras férteis; destruição dos laços de amizade; destruição dos símbolos culturais e religiosos, considerados pela população como pontos de referência da memória jaguaribarense – igreja de Santa Rosa de Lima, igreja de São Vicente Férrer, riacho do Sangue, marco “comemorativo” da morte de Tristão Gonçalves, líder da Confederação do Equador no Ceará.

Nos debates foi levantada a possibilidade de serem construídos três açudes de médio porte, mas essa foi descartada pelos governos federal e estadual e, no ano de 1995, foram iniciadas as obras do Castanhão e a cidade de Jaguaribara seria realmente submersa.

Inaugurada no ano de 2001, Nova Jaguaribara (Figura 3) está localizada em um planalto, é 100% saneada e não possui problemas com águas servidas. De acordo com a SRH, foram realocados o distrito-sede de Jaguaribara, com 3.300 habitantes; o distrito de Poço Comprido, com 120 habitantes e um bairro das cidades de Jaguaretama e Alto Santo, com cerca de 220 moradores. A essas pessoas foram oferecidos três modelos de residências, cujo tamanho baseou-se no das antigas moradias.

¹⁰ Recentemente, a revista Carta Capital publicou artigos que denunciam os impactos provocados pelo *agro-hidronegócio* na região e cita que apenas uma empresa de fruticultura detém mais de 4,5 mil ha de terras no município de Limoeiro do Norte (CE).



Figura 3 – Nova Jaguaribara – Vista aérea
 Fonte: Google Earth, 2010.

Embora tenham recebido residências maiores do que as que possuíam na antiga cidade, na opinião dos moradores da região, os únicos beneficiados com a construção da nova cidade foram os que não tinham residência própria. Eram aproximadamente 215 famílias, cerca de 800 moradores (10% da população total do município), que iriam adquirir suas residências em regime de mutirão. Contudo, esse projeto tornou-se inviável em face da distância entre a nova e a antiga cidade, pois isso acarretaria maiores custos com o transporte constante da população. De acordo com Nascimento (2003), o DNOCS disponibilizou residências de 36 m² em lotes de 180 m² a essas famílias e o pagamento deveria ser feito posteriormente, mediante prestação de serviços à Prefeitura Municipal. Com base nas entrevistas com os moradores, verificamos que a grande maioria deles se sente insatisfeita pelo corte repentino dos laços culturais, porquanto a maior parte da população havia nascido e crescido na antiga cidade. Ademais, a conservação dos limites de vizinhança propostos no projeto não foi respeitada em muitos casos, em virtude da distância entre residências.

Muitos foram os problemas enfrentados pela população rural atingida. Tanto os pescadores, quanto os agricultores, adquiriram um lote de terra em um dos projetos de reassentamento, mas só depois de muita luta. Inúmeras foram as instituições envolvidas no processo de desapropriação e realocação das comunidades, o que gerou certa confusão e desconforto para os jaguaribarenses. Dentre essas citam-se o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (IDACE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a SRH e o DNOCS. Segundo os moradores, não houve uma política de reassentamento adequado da região, e eles não sabiam a quem recorrer quando tinham dúvidas e principalmente reivindicações.

Na realidade as instituições conseguiram criar uma grande confusão na cabeça da população. [...] Aí vem a SEAGRI, aí vem o DNOCS, aí vem o INCRA, tudo isso criou essa grande confusão nas pessoas, aonde a população não sabe ou não sabia de fato a quem recorrer. Quem é de fato o responsável mesmo? Quando tu vai no IDACE não é do IDACE; quando tu vais no INCRA, o INCRA diz que tem parcela dela, responsabilidade; quando tu vais no DNOCS, não nós temos convênio com o IDACE, e eles vão determinando. [...] Outra coisa que até hoje nós nunca concordamos é que [...] aqui tudo foi discutido, decidido, encaminhado e decidido pela sociedade e pelo povo tudo junto (Depoimento do MAB fornecido à MONTE, 2005, p. 288)

Dentre outros fatores que dificultaram o processo de reassentamento, têm-se: a indisponibilidade das áreas reivindicadas, já que as mesmas não comportavam toda a população; muitos moradores nem sabiam do que se tratava um “projeto de reassentamento”; a produção coletiva assustava, já que sempre produziram e criaram individualmente.

Ainda assim, foram instalados cerca de 16 projetos de reassentamento, divididos entre os municípios de Alto Santo, Jaguaribara, Jaguaretama e São João do Jaguaribe, sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Projetos de Reassentamento Implantados em virtude da construção da Barragem Castanhão

Projeto de Reassentamento	Localização	Famílias Atingidas	Famílias Transferidas
Área de Sequeiro – INCRA			
Borges	Jaguaretama	26	26
Sossego	Jaguaribara	37	37
Caroba	Alto Santo	22	22
Barra II	Jaguaribara	16	16
Belas Flores	Jaguaribara	11	11
Santa Bárbara	Jaguaretama	82	82
Área de Sequeiro – Estado			
Volga	Alto Santo	13	8
Macambira	Jaguaretama	12	6
Lindeza	Jaguaretama	12	12
Nova Holanda	S.J. Jaguaribe	12	11
Desterro	Jaguaretama	10	10
Agrovila Mineiro	Jaguaribara	43	42
Piscicultura Curupati – Peixe	Jaguaribara	133	131
Irrigação			
Curupati	Jaguaribara	143	198
Mandacaru	Jaguaribara	170	169
Alagamar	Jaguaribara	114	98

Fonte: DNOCS.

Organização da autora

Conforme visto no quadro, nem todas as famílias que estavam inseridas nos projetos foram reassentadas. Algumas desistiram, pois consideravam que não conseguiriam viver produzindo no coletivo; outras, porque o terreno destinado aos projetos não tinha capacidade para suportar todas as famílias. Porém o contrário também aconteceu. Como exemplo, observamos o projeto Curupati-Irrigação, que deveria comportar apenas 143 famílias, porém absorveu quase 200. O fato é que as famílias foram transferidas, os projetos implantados, mas sem nenhum tipo

de política contínua, o que acarretou a falência dos pequenos produtores, que produzem apenas para subsistência e sobrevivem dos programas assistencialistas do Governo Federal. Essa situação se estende até hoje, quase seis anos após o término das obras do primeiro trecho do Canal da Integração e oito anos após a transferência da população para Nova Jaguaribara.

Essa prática é notória, principalmente nos projetos voltados à irrigação, onde, com exceção do projeto Alagamar, foram fornecidos o terreno, os canais de irrigação, as residências, porém ainda hoje não funcionam por completo, por falta de apoio na organização, incentivo à produção e, principalmente, por falta de água.

O Projeto Curupati está localizado a 16 km de distância da sede de Jaguaribara. Seu acesso é feito pela BR-116 ou por barco, principal meio de transporte da comunidade, via açude Castanhão. É uma travessia perigosa e de preço elevado, já que os barcos não possuem coletes suficientes e custa cerca de R\$ 12,00 por pessoa (o valor pode ser negociado de acordo com o número de passageiros). Por dia, os barqueiros fazem cerca de cinco ou seis travessias do reassentamento à sede do município.

Por conta da qualidade das terras e da proximidade com o açude, o governo do Estado tinha o objetivo de destinar àquela área a projetos de irrigação de nível empresarial e não de nível familiar. Mas, como “faltaram” áreas para realocar a população, o terreno foi destinado ao reassentamento de aproximadamente 198 famílias, onde se deveriam abrigar apenas 143. A essas foram oferecidas casas de 32 m², com dois quartos, uma sala/cozinha e um banheiro. Conversando com moradores, percebe-se a insatisfação quanto ao tamanho dessas casas:

Essas casas aqui que ofereceram pra gente é pequena demais! Tem gente aqui que a família é grande, com mais de 8 pessoas. E como é que bota esse povo num *quixó* desses? A gente aqui trabalha com a agricultura e precisa de lugar pra guardar semente, as ferramentas e nada disso a gente tem! Aí tem que construir mais cômodo pra botar nossas coisinhas. E tem mais! Olha a altura aqui da casa? Ta vendo como é bem baixinha? Isso aqui é quente que só durante o dia. Não tem ventilação de nada. (Morador do reassentamento Curupati, dezembro de 2007).

De acordo com o presidente da Associação de Moradores do Projeto Curupati, atualmente cada família dispõe de um lote de terra de aproximadamente 3 ha e são organizadas em cooperativa, trabalhando na produção de goiaba e mamão, a princípio voltada à exportação. Ao ser implantado, o projeto recebeu todo o aparato do Estado (maquinário, insumos agrícolas, infraestrutura e assistência técnica para auxiliar no manejo da terra). O objetivo era desenvolver um “agronegócio” no reassentamento. Logo de início, a cooperativa mantinha um contrato com a empresa Frutacor e vendia o seu produto para o exterior. Porém, para que a empresa comprasse a produção da Associação dos Moradores era necessário manter um padrão de qualidade. Os reassentados tinham todo o cuidado com o manejo das frutas, e nesse período (ano de 2007, quando começaram a produzir) ainda dispunham de assistência técnica, mas as condições das estradas que ligavam o *paking house* à BR-116 não era de qualidade, o que danificava os produtos e os mesmos passavam a ser considerados impróprios à exportação. Por conta disso, a empresa deixou de comprar a produção das famílias, que hoje produzem apenas para o mercado local.

Dos chamados “projetos-modelo” implantados pelos governos estadual e federal, o Mandacaru e o Alagamar são os mais problemáticos, pois embora instalados em 2002, ainda não funcionam. No projeto Mandacaru, as famílias receberam residências localizadas a poucos metros do Canal da Integração e também lotes de terra, mas apenas para irrigação. Contudo, não tiveram acesso a nenhum tipo de financiamento para iniciar a produção.

Como evidenciado nas entrevistas com moradores durante os trabalhos de campo, segundo observamos, 50% das famílias, de um total de 170 que habitam o reassentamento Mandacaru, sobrevivem basicamente da aposentadoria e dos auxílios oferecidos pelo Governo Federal (bolsa família, por exemplo). São famílias à espera de condições técnicas e financiamentos para dar início à produção nos seus lotes de terra, até então ociosos. Inúmeras reuniões foram feitas

entre a comunidade e o Estado, mas não se chega a um acordo pelo fato de o último alegar falta de verbas para começar o projeto, que deveria ser voltado à fruticultura. Alguns moradores optaram por não esperar os financiamentos estatais e passaram a utilizar suas terras como pasto para o gado bovino e ovino e para a realização da agricultura de sequeiro, com destaque para a produção de milho e feijão.

Um aspecto agravante desse assentamento é o acesso aos recursos hídricos. A comunidade possui água encanada, e embora esteja localizada às margens do canal (Figura 4), não pode retirar água para produzir. Muitos moradores ainda criam algum tipo de rebanho e precisam usar água da torneira de casa para dessedentação dos animais. Dessa forma, o preço pago pela água aumenta, às vezes, em até 700%. Em alguns casos, os moradores chegam a abrir mão de suas criações.



Figura 4 - residências do Projeto Mandacaru

Fonte: Cíntia dos Santos Lins, 2008.

Com base nos trabalhos de campo e mediante entrevistas com engenheiros e técnicos do Canal da Integração, além dos moradores do projeto reassentamento Mandacaru, a obra é cercada e monitorada 24 h por dia para impedir a retirada de água do canal. Há grande controvérsia nesse aspecto. Enquanto os moradores do projeto Mandacaru alegam ser proibido retirar água do canal para irrigar a plantação e para a dessedentação do gado, os funcionários mostram que o acesso ao canal é liberado e que os moradores podem sim retirar água, e que inclusive, foram construídos alguns bebedouros para abastecer de água os rebanhos.

Contudo, os bebedouros distam aproximadamente 1 km um do outro e raramente possuem água. O canal é monitorado 24 horas por dia por câmeras equipadas com zoom que cobrem um raio de até 2 km, para evitar tanto a retirada de água como a construção de encanamentos destinados à captação dessa.

O assunto é controverso. Muitos moradores foram agredidos moral e verbalmente pela polícia quando tentavam pegar água do canal para saciar a sede do rebanho. Nas palavras de um

morador aposentado, residente no projeto Mandacaru, em depoimento dado à Frente Cearense por uma Nova Cultura da Água, para o documentário “Transposição do rio São Francisco e as Águas do Ceará: os cursos da privatização”,

Por conta desses *gadim* que eu trouxe pra cá, *nóis* tirava água da torneira de casa e quando era no fim do mês, cadê o dinheiro pra pagar aquele absurdo de água que *nóis* tinha gastado? Passa o Canal da Integração aqui do lado. Ali é cheio de água e eu ia lá e tirava essa água e os guardas estavam lá todo dia me implicando. Tinha um tal de coronel que veio aqui umas três vezes pra me prender e não me prenderam não sei como! Me empurravam, me chamavam de *vêi* teimoso porque eu tirava água do canal. E eu disse que eles me botasse num lugar que eu num precisasse pegar água do canal que eu não tirava.

Outro projeto de reassentamento que deveria ser voltado à agricultura irrigada é o Alagamar. O local onde a comunidade mora fica distante de tudo e de todos. Pertencente ao município de Nova Jaguaribara (a aproximadamente 75 km da sede), seu acesso é feito somente pela cidade de Jaguaratama, de onde dista 19 km. Embora a comunidade tenha feito inúmeras reuniões e protestos para que seu território passasse a fazer parte de Jaguaratama, nada foi resolvido até agora.

Conforme previsto, o reassentamento seria implantado a longo prazo, em razão de a população ainda residir em local distante da área que seria inundada pelo açude Castanhão, o qual, de acordo com os técnicos do DNOCS e da SRH, só encheria após dez anos. No entanto, em decorrência das fortes chuvas ocorridas no ano de 2004, o reservatório encheu em apenas 25 dias. Diante da situação, a população teve de ser retirada às pressas do antigo local e transferida para a área do novo assentamento. Foram cerca de dois anos em condições subumanas, morando em casas de madeirite, plástico e papelão, sem trabalho, sem água e sem saneamento básico. Com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), uniram-se na busca de recursos e construíram suas casas em regime de mutirão, diferentemente dos outros projetos, que já receberam suas casas prontas.

Decorrido muito tempo, os canais para irrigação do projeto foram construídos. No entanto, nenhum tipo de recurso foi disponibilizado para poder se iniciar a produção. Nos canais de irrigação, por onde deveria correr a água do açude Castanhão, só corre água da chuva (quando essa vem), mas não existe nenhuma forma de captá-la. As estruturas estão completamente tomadas pela mata e as terras destinadas à agricultura de sequeiro estão ociosas.

Os demais trechos do Canal da Integração ainda estão com suas obras em andamento, mas apenas apresentando os impactos associados à implantação do primeiro trecho, temos uma noção do que virá pela frente caso nada venha a ser feito pelas comunidades ribeirinhas e pelas comunidades atingidas pela obra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão dos recursos hídricos do Estado do Ceará, bem como a implantação do Canal da Integração, são de importância estratégica para o crescimento econômico cearense, pois contribuirão para o incremento da realização de diversas atividades até então impossibilitadas pela escassez relativa da água. Apesar dessa “vantagem”, pouco contribuirão para o desenvolvimento social do estado.

Na atual política de gerenciamento das águas há uma grande distância entre o previsto na legislação e o verificado na prática. A gestão deveria ser realizada de maneira descentralizada, participativa e integrada, mas na realidade as decisões estão cada vez mais centralizadas no Estado com vistas a atender às necessidades de grandes empresários. A participação da população é dada pelos comitês de bacia, porém se resume às decisões a respeito das vazões a serem deliberadas.

Vivenciamos uma política de águas que transformou o estado do Ceará em um verdadeiro “canteiro de obras”. A cada dia, novos projetos de cunho modernizante (no que diz respei-

to à engenharia) são implantados em pontos específicos do estado sem levar em consideração a população que será atingida. Obras como a do Canal da Integração são exemplos disso. A população é retirada praticamente à força de suas terras e passa a sobreviver em condições subumanas, sem água e sem terras agricultáveis, mesmo estando às margens dos leitos dos rios artificiais.

Urge adequar o gerenciamento dos recursos hídricos no Ceará. Tal adequação só será possível quando sua legislação for realmente concentrada em um Estado capaz de suprir a demanda de todas as camadas da sociedade e a partir do momento em que for realizada de baixo para cima. Da forma como ocorre atualmente, privilegia apenas alguns setores da economia e do território, enquanto a maior parte da população permanece à margem, desprovida das mínimas condições de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ilza Araujo Leão de. **Os condicionantes políticos e sociais para a dinamização dos espaços de participação na gestão pública: o caso da política de águas do Governo do Ceará.** Disponível em:

<<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=391&textCode=2697&textStep=1>>. Acesso em: 10 de setembro de 2010.

ARAÚJO, Cristiane Evaristo de. **Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a questão ambiental e a participação política.** 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – UFC, Fortaleza, 2006.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste.** 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAMPOS, Nilson. **Gestão das águas: princípios e práticas.** Porto Alegre: ABRH, 2001.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática no regionalismo nordestino.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CEARÁ. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. **Cenário atual dos recursos hídricos.** Fortaleza: Assembléia Legislativa, 2009.

CEARÁ. SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ. **Programa Estadual de Irrigação.** Diagnóstico. Vol.1. Fortaleza: SRH, 1992.

_____. **A nova política das águas do Ceará.** Fortaleza: SRH, 1992.

_____. **Águas do Ceará.** Fortaleza, dezembro 2002 (material publicitário).

_____. **Canal da Integração.** Disponível em: <http://www.srh.ce.gov.br/canal_index.html>. Acesso em: 11/09/2004.

CINTRA, Luiz Antonio. O polígono da exclusão. In: **Carta Capital.** 8 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/carta-verde/o-poligono-da-exclusao>>. Acesso em: 8 de setembro de 2010.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Plano simplificado de reassentamento da população rural impactada pela implantação das obras do açude público Castanhão, no Estado do Ceará.** Fortaleza: DNOCS, 2002.

GONDIM, Linda M.P. Os “governos das mudanças” (1987-1994). In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: FDR, 2007. p. 409-424.

ISAC, Francisco. **O sertão que virou mar.** Fortaleza: Premium, 2007.

LINS, Cíntia dos Santos. **Os impactos territoriais e socioeconômicos da implantação do Canal da (des)Integração no Ceará no contexto do baixo e médio Jaguaribe.** 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Uece, Fortaleza, 2008.

MONTE, Francisca Silvania de Souza. **Uso e controle das águas no processo de modernização do Estado do Ceará: o caso da barragem Castanhão.** 2005. 388 f. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

NASCIMENTO, Maria Anezilany Gomes do. **Nem parece o tempo em que vocês jogavam biriba na calçada: o lugar em Nova Jaguaribara.** 2003. Dissertação (Mestrado) – Uece, Fortaleza, 2003.

RIBEIRO, Rafael Winter. Seca e determinismo: a gênese do discurso do semiárido nordestino. **Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ**, v.22, p. 60-91, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SHIVA, Vandana. **Guerras por água.** São Paulo: Radical Livros, 2006

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos.** 2009. 499p. Tese (Livre-docência) – UNESP. São Paulo, 2009.

_____. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. In: **Campo-Território: revista de geografia agrária.** V.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

TORRES, Avani Terezinha. **Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPB. João Pessoa, 2007.